ATA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

Sessão realizada aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar César Augusto de Paiva Maia, com os trabalhos da 1ª secretária interina Rárika de Araújo Bastos e do 2º secretário Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Eder Rodrigues de Queiroz, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirinense, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando o vereador Afrânio Bezerra para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Romanos, capítulo 5, versículos 3 e 4. O presidente solicitou ao 2º secretário a leitura da ata da 96ª (nonagésima sexta) Sessão Ordinária, realizada no dia 18 de setembro de 2025. O presidente agradeceu ao 2º secretário e iniciou a discussão e a votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o presidente solicitou à vereadora Rárika Bastos para assumir interinamente a presidência e solicitou ao vereador Thiago Fernandes, que assumiu seu assento na 1ª secretaria, para a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Projeto de Lei n. 03/2026 – "dispõe sobre a divulgação da relação de medicamentos disponíveis e indisponíveis na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador José Michael Lucena Diniz); Projeto de Lei n. 04/2026 – "institui o Programa Municipal de Valorização do Espaço Público e Cidadania e dá outras providências no âmbito do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro); Projeto de Lei n. 05/2026 – "institui o projeto 'Ondas da Inclusão' no município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Raphaela da Silva Cruz); Projeto de Lei n. 06/2026 – "institui a Política

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão
Data: 01/04/2026
Diogo Fernandes
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação
Data: 01/04/2026
Diogo Fernandes
1º Secretário

Municipal de Conscientização e Orientação quanto ao uso adequado da internet e das redes sociais, com a finalidade de promover a educação digital, o uso responsável das tecnologias da informação e comunicação, a proteção de dados pessoais e a prevenção de riscos associados ao ambiente digital no âmbito do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira); Requerimento Legislativo n. 01/2026 – "requer a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 237/2025, para cumprimento do despacho requerido pela Comissão de Constituição e Redação Final" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira); Requerimento Legislativo n. 03/2026 – "requer, ouvido o Plenário, com fundamento no Artigo n. 150, §5º, IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, a inclusão em pauta de proposição do Projeto de Lei 'dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, por meio de parceria com empresas públicas e privadas no município de Parnamirim, e dá outras providências'" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki); Indicações ns. 045/2026 e 052/2026, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; Indicações ns. 075/2025 e 078/2025, de autoria do vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki; Indicações ns. 046/2026 e 047/2026, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 054/2026 e 055/2026, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 031/2026 e 032/2026, de autoria do vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro; Indicações ns. 035/2026 e 036/2025, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicação n. 020/2026, de autoria do vereador Marcos Antônio Gomes da Silva; Indicações ns. 059/2026 e 060/2026, de autoria da vereadora Rárika de Araújo Bastos; Indicações ns. 043/2026 e 044/2026, de autoria do vereador Rômulo Dantas da Silva; Indicações ns. 069/2026 e 070/2026, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Parecer da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira: Parecer ao Projeto de Lei n. 195/2025 – "dispõe sobre o parcelamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento (Alvará) e de Fiscalização de Anúncios no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira). O 1º secretário informou que o

expediente foi lido. A presidente interina agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições que teve como oradores inscritos os vereadores Gabriel César, Diego Américo e a vereadora Rárika Bastos. A presidente interina Rárika Bastos convidou o vereador Gabriel César para ocupar a tribuna. O vereador iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos, informando que vinha relatar, nesta manhã, as fiscalizações realizadas no dia 9 de fevereiro, início do ano letivo da rede municipal de Parnamirim. Relatou que esteve visitando algumas escolas e Cmeis (Centros Municipais de Educação Infantil), pois havia sido amplamente divulgado nas redes sociais que o fardamento tinha chegado. Recordou que, na semana anterior, utilizou a tribuna para expor os problemas e as aflições da população, tanto em relação ao cartão Educa Parnamirim, sobre o qual, até aquele momento, não havia informações quanto à data de entrega para o acesso das crianças ao material escolar, bem como à questão do fardamento, que também não tinha previsão de entrega. Relatou que, no último sábado, a Prefeitura divulgou que iniciaria a entrega do fardamento pelo ensino infantil e que, na segunda-feira, os alunos já estariam recebendo as fardas, razão pela qual foi até aos Cmeis para acompanhar e verificar se as unidades já haviam recebido o material, conforme anunciado. Informou, contudo, que o que não foi esclarecido é que apenas algumas escolas teriam o material no primeiro dia de aula. Recordou que, no ano de 2024, a atual prefeita informou que, no primeiro dia de gestão, todas as crianças receberiam kit escolar, fardamento, transporte e merenda. Acrescentou que, ao visitar a Escola Municipal João Gomes, no bairro Liberdade, verificou a situação da merenda escolar e constatou que havia apenas ovos como proteína e cuscuz, não havendo os demais itens previstos no cardápio da terça-feira, como frango, registrando a ausência de proteína adequada. Relatou que foi ao Cmei ao lado da Escola João Gomes e encontrou uma situação que classificou como caótica, onde constatou que havia alimentos, mas, segundo a merendeira, o que estava disponível era sobra do ano anterior e que, até então, não havia chegado novo abastecimento, exceto ovos como proteína, o que o deixou preocupado com a situação. Ao retomar o relato das visitas realizadas no dia anterior, informou que esteve no Cmei Maria do Socorro, no Cmei Judite

Aguiar e no Cmei Mãe Sinhá, onde novamente constatou as dificuldades já mencionadas, com crianças sem farda e sem kit escolar, ressaltando que muitos pais já haviam adquirido o material por conta própria, diante da ausência de informações sobre a entrega do cartão Educa Parnamirim, sem previsão de quando será disponibilizado. Trouxe o relato de outra mãe: disse que na manhã do dia anterior, recebeu mensagem de uma mãe afirmando estar extremamente triste com a prefeita, pois sua filha, ao chegar à escola, não quis entrar na sala de aula por sentir vergonha de não possuir kit escolar, caderno ou lápis, ao ver os colegas com o material básico para estudar. Disse que a mãe tem 4 (quatro) filhos, depende do Bolsa Família e que somente poderia comprar o material quando recebesse a próxima parcela do benefício, acrescentando que a filha não queria estudar naquela situação e que ela, como mãe, sentiu-se incapaz e impotente por não conseguir ajudar a criança naquele momento. Relatou que, ao receber a mensagem, doeu em seu coração, mas depois divulgou o caso e informou à mãe que buscaria ajudar de alguma forma, acrescentando que cidadãos de Parnamirim entraram em contato oferecendo apoio e que haviam comprado material para seus filhos. Informou que fizeram contato com a mãe para comunicar que conseguiriam o material para a filha e destacou que ela enviou nova mensagem agradecendo e relatando que, no intervalo, a criança foi ao banheiro chorar após ver a maioria dos colegas com material, enquanto ela permanecia apenas com uma folha de papel ofício, ocasião em que fez uma oração pedindo que a mãe tivesse condições de comprar o material. O tribuno ponderou que, embora para alguns possa parecer algo pequeno, para determinadas crianças é um momento simbólico e único, especialmente para essa mãe, que possui 4 (quatro) filhos na rede municipal, vive de Bolsa Família, disse ser mãe solteira e que não tem condições de adquirir o material escolar. Ademais, aquele momento era importante para a mãe, pois, dentro de sua realidade de extrema vulnerabilidade, o principal objetivo é garantir aos filhos uma educação de qualidade. Acrescentou que, sem condições de comprar o material, ela aguarda a ação do poder público, que dispõe de recursos para isso, lamentando que essa situação represente o relato de várias outras famílias. Afirmou que é necessário dar um retorno à população, cobrando esclarecimentos da Secretaria de Educação e da prefeita de Parnamirim sobre quais

providências serão adotadas, se haverá o cartão, quando começará a entrega do material e quais medidas concretas serão tomadas. Lembrou que foi informado que o retorno das aulas ocorreria em todas as escolas, o que, segundo constatou, não aconteceu em todas as unidades: no Cmei Etenize Xavier, não houve aula por estar em reforma; na Escola Antônio Basílio Filho, os alunos autistas ficaram sem aula por falta de auxiliares; na Escola Senador Carlos Alberto, turmas do 9º (nono) ano estavam sem aula devido à ausência de professores; e, na Escola João Gomes, os alunos do 4º (quarto) e 5º (quinto) ano enfrentam dificuldades em razão da ampliação de turmas sem estrutura adequada. Explicou que a Prefeitura divulgou a criação de 3.000 (três mil) novas vagas no município e, na Escola João Gomes, foram criadas 3 (três) ou 4 (quatro) novas turmas, mas não informou como seria a organização para receber esses alunos, pois não tem salas suficientes, havendo a promessa de que, após o Carnaval, funcionariam em espaço onde atualmente opera o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), no bairro Liberdade. Informou que foi ao local verificar a situação e constatou que o CRAS permanece em pleno funcionamento, sem indícios de mudança, o que inviabilizaria a instalação das salas prometidas, deixando mais de 120 (cento e vinte) alunos aguardando aulas. Concluiu afirmando que o ano letivo iniciou com falta de fardamento na maioria das escolas, observando que a entrega ocorreu, conforme divulgado nas redes sociais, apenas em unidades reformadas pela prefeita Nilda, mas ele gostaria que essa entrega também tivesse ocorrido no Etenize Xavier, nas escolas que enfrentam problemas, e não apenas nas que passaram por reforma nos últimos meses, questionando se a distribuição contemplará somente essas unidades. Informou ainda ter recebido uma denúncia considerada muito grave, segundo a qual um cidadão estaria indo às escolas dizendo fazer parte do quadro, da equipe de manutenção, e que é um familiar da prefeita, apesar de, até onde sabe, esse cidadão não foi nomeado e nem integra o Poder Executivo. Declarou que tal situação não pode ocorrer e que já estão encaminhando o caso ao Ministério Público para apuração e acesso às informações. Alertou que é importante a Secretaria de Educação estar atenta a essa situação e reforçou todo o exposto sobre o início do ano letivo. Citou a Escola Municipal Maria de Jesus, que possui grande demanda de espera, com pais sem saber onde matricular os filhos, bem

como o Cmei Tio Hermes, com relato dos pais sobre insuficiência de vagas e existência de lista de espera, questionando quais providências serão adotadas. Afirmou que a educação enfrenta diversos problemas e manifestou expectativa de que o Poder Executivo tome medidas. Declarou ter sido muito triste o dia anterior ao constatar a situação em Parnamirim, mencionando que, em vídeo divulgado, a própria prefeita demonstrou surpresa com a chegada do material no sábado, como se não acreditasse que ele chegaria, apesar de que, desde o ano passado, existia esse contrato com a empresa responsável pelo fardamento. Questionou o porquê que deixaram só para janeiro a confecção do fardamento, visto que até o dia 17 de dezembro, o fardamento seria comprado pelo cartão Educa Parnamirim. Mas quando o projeto chegou à Câmara no dia 18, não era possível adquirir fardamento, apenas kit escolar, não havendo prazo suficiente para resolver e que a situação demonstra falta de planejamento, tema que vem sendo discutido na Casa por diversos parlamentares. Informou que continuará visitando as escolas como membro da Comissão Permanente de Educação, a fim de acompanhar e cobrar avanços, ressaltando que a situação atual não pode permanecer como está. Relatou que, ao se dirigir à Câmara Municipal, observou várias crianças sem fardamento e sem kit escolar, acrescentando que os pais que têm condições já adquiriram o material por conta própria, mas foi questionado sobre como ficaria quando chegar o recurso do cartão, classificando o cenário como muito difícil. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes parabenizou o tribuno pelo tema apresentado, mencionando ter visto postagens dele e de outros vereadores, como a vereadora Carol Pires e o vereador Michael Diniz, visitando Cmeis e escolas. Informou que, por questões pessoais, não pôde realizar visitas no dia anterior, mas que nesta manhã iniciou visitando alguns equipamentos escolares e constatou, em um dos Cmeis, que o fardamento ainda não havia sido entregue aos alunos, apesar de já estar disponível na unidade. Relatou ter conversado com pais e responsáveis, que confirmaram não haver recebido o fardamento, nem informação sobre a data de entrega, questionando o motivo de não ter sido distribuído, sugerindo que a entrega estaria sendo aguardada para fins de divulgação e publicidade, o que demonstra que o interesse não é entregar o fardamento, mas sim publicizar, que é, segundo ele, o que mais vale. Quanto à merenda, havia insumos

disponíveis, porém, alguns itens ainda não estavam completos, ainda estavam chegando, indagando por que não houve entrega prévia para que todos os insumos estivessem disponíveis desde o início da semana. Em relação ao cartão, afirmou que as informações colhidas nas escolas são as mesmas já mencionadas, ou seja, sem previsão, nem quando irão receber, acrescentando ter recebido relato de 2 (duas) ou 3 (três) mães de que uma das lojas contempladas no edital, localizada no bairro de Nova Esperança, seria inexistente. Sobre isto, informou que a situação será verificada. Questionou ainda o fato de, em uma cidade da dimensão de Parnamirim, apenas 4 (quatro) ou 5 (cinco) lojas terem sido contempladas para o fornecimento do material escolar. Relatou também que, em uma das instituições visitadas, os alunos sairiam mais cedo, por volta das 9h, em razão de capacitação de primeiros socorros, reconhecendo a importância da iniciativa, inclusive por se tratar de medida alinhada à lei aprovada pelo seu mandato na semana anterior, mas questionou por que essa capacitação não foi realizada durante a Jornada Pedagógica. Questionou o fato de, já no segundo dia de aula, haver redução da carga horária em razão de capacitação, afirmando que isso reforça a falta de planejamento da gestão. Acrescentou que também recebeu informações sobre 2(duas) escolas nas quais foi anunciada ampliação de salas para atender novas vagas, mas não foram realizadas, apesar de as matrículas terem sido efetuadas. Informou que, desde janeiro, busca resposta da Secretaria Municipal de Educação e que, até o momento, não houve retorno da resposta, concluindo que, na verdade, não há resposta, visto que a ampliação não ocorreu. Indagou quais providências serão adotadas para atender os novos alunos, não possuindo espaço físico para inseri-los. Finalizou parabenizando o tribuno pela pauta e todos que, de fato, estão defendendo a educação do município, apontando falhas que são cada vez mais visíveis à população. O vereador Gabriel César agradeceu ao aparteante, lembrando, mais uma vez, que o ano letivo se inicia novamente com falta de auxiliares, de fardamento e de merenda suficiente, com os alunos da rede municipal permanecendo sem a dignidade prometida. Declarou que compromissos assumidos em 2024 não foram cumpridos em 2025, nem em 2026, manifestando a expectativa de que, em 2027, o kit escolar e o fardamento estejam disponíveis antes mesmo do primeiro dia de aula, para que os alunos já cheguem à

escola devidamente uniformizados e com material. Finalizou seu pronunciamento afirmando que há diferença entre o que é divulgado nas redes sociais e a realidade da vida real. A presidente interina Rárika Bastos convidou o vereador Diego Américo para ocupar a tribuna. O vereador iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos e passou a tratar do retorno do ano letivo de 2026. Informou que, no dia anterior, acompanhou diversas unidades escolares e destacou a complexidade do sistema educacional e os desafios da área, concluindo que não é fácil gerenciar 2 (duas) pastas: da saúde e da educação. Testemunhou que, durante as visitas realizadas na segunda-feira, observou a entrega de fardamento em algumas unidades escolares, reconhecendo que administrar cerca de 26.000 (vinte e seis mil) alunos e distribuir a mesma quantidade de kits não é fácil, exige logística, mas considerou gratificante ver alunos recebendo o uniforme já no primeiro dia de aula. Parabenizou toda a gestão municipal e a prefeita Nilda Cruz pelo acompanhamento e pelo comprometimento com a educação, afirmando ter ciência das dificuldades e reconhecendo que o ideal seria que todas as unidades iniciassem o primeiro dia de aula com o fardamento disponível, mas destacou que não podiam negar que as fardas estão sendo entregues já na primeira semana de aula, ressaltando sua satisfação ao observar esse avanço. Recordou que ele está no 6º (sexto) ano de legislatura, acompanhando a realidade desde 2021, e declarou que, desde então, nunca havia presenciado a entrega de fardamento na primeira semana do ano letivo, nem a existência de garantias importantes como o Cartão Educa Parnamirim. Relembrou que, em 2018, foi entregue uma caixa com kit de material escolar aos alunos, fato testemunhado por vereadores da época, como professor Ítalo Siqueira, Irani Guedes e Binho de Ambrósio. Ao mencionar o relato trazido pelo vereador Gabriel César sobre a mãe com 4 (quatro) filhos, afirmou ter se sensibilizado, mas disse que fica feliz por saber que a mãe terá assegurado o repasse de recurso por meio do cartão Educa Parnamirim, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por aluno de creche, que poderá ser utilizado na compra de material escolar, reconhecendo, contudo, que o cartão ainda não foi disponibilizado. Relatou que também acompanhou de perto quais garantias dos alunos que ainda não haviam adquirido caderno e lápis, informando que a Secretaria de Educação visitou as unidades escolares entregando

cadernos, lápis e outros materiais, a fim de garantir atendimento aos estudantes que não conseguiram realizar a compra até o momento. Em sua avaliação, são ações como essas, já na primeira semana do retorno escolar, que demonstram uma evolução no cenário educacional. Informou ter visitado 26 (vinte e seis) unidades escolares que foram reformadas, reconhecendo que ainda há escolas com problemas estruturais, sendo inevitável, considerando que o município possui 67 (sessenta e sete) unidades escolares. Mencionou que, nas primeiras horas da manhã, a prefeita Nilda manteve contato com ele, na condição de presidente da Comissão Permanente de Educação, para dialogar sobre qual seria o olhar da Casa Legislativa em relação à educação. Para o vereador, essa postura de preocupação e responsabilidade o motivou a utilizar a tribuna para relatar o que tem presenciado nas escolas, lembrando que, em inícios de ano letivo anteriores, eram recorrentes problemas como paralisação de transporte escolar e falta de merenda, entre outros problemas atribuídos a esta época do ano. Concluiu afirmando que, ao chegar nas unidades escolares e ao ouvir de professores e gestores relatos de evolução e de atenção por parte da gestão municipal, entende ser seu dever subir à tribuna e parabenizar. Afirmou que não se recorda da última vez em que recebeu ligação informando que uma escola foi arrombada, mas em 2022 e 2023, recebia diversas ligações dessas ocorrências. Ao mencionar os registros ocorridos durante o período prévio ao carnaval, ressaltou que houve apenas 4 (quatro) boletins de ocorrência, considerando esse número reflexo de maior segurança no município, embora reconheça que problemas na área sempre existirão. Declarou que essa evolução também se reflete nas periferias e nas unidades escolares, independentemente da localização. Destacou ainda avanços no transporte público escolar, lembrando situações anteriores de ônibus quebrados, falta de combustível e necessidade de remanejamento de alunos, afirmando que tais problemas eram recorrentes. Relatou que presenciou alunos tendo como merenda o risoto, papa e biscoito, observando que não é contrário ao fornecimento de biscoito, desde que não se torne regra, ressaltando que esse item também pode compor o cardápio, defendendo a necessidade de cumprimento do cardápio previsto. Declarou que fica satisfeito ao acompanhar as unidades e perceber evolução, reforçando que, em um universo de 67

(sessenta e sete) escolas, é possível que ocorram problemas pontuais. Ao retomar a questão do cartão Educa Parnamirim, informou que há R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) empenhados para o comércio local, destacando a boa estratégia de fomentar a economia local, esclarecendo que apenas 5 (cinco) ou 6 (seis) lojas foram habilitadas por atenderem às exigências documentais, mencionando ainda que há lojas de grande porte, inclusive em âmbito estadual, estão participando do processo e terão condições de atender à demanda. Relatou ter visitado o Cmei Maria do Socorro, citado pelo vereador Gabriel César, destacando a bela transformação promovida pela reforma e que a gestão municipal tem realizado intervenções mais completas, em vez de "gambiarras", reconhecendo, entretanto, que problemas podem ocorrer, por se tratar da complexidade própria da área da educação. Destacou a importância da valorização dos profissionais da educação, ressaltando os avanços obtidos não apenas no reajuste salarial, mas também na recomposição, que foi tão cobrada pelo vereador Ítalo Siqueira na tribuna. Afirmou que o resultado superou as expectativas, embora reconheça que ainda há muito a avançar, ressaltando que foi aberto um diálogo e mesa de negociação. Declarou que tratar de educação é algo complexo, mas que não se pode ignorar as dificuldades pelas quais passaram. Disse que os vereadores são testemunhas de que ele, entre 2021 e 2025, utilizou a tribuna de forma recorrente para falar e cobrar a todos os secretários que passaram pela pasta por melhorias na educação. Afirmou que atualmente a Prefeitura de Parnamirim está valorizando, reconhecendo e trazendo melhorias ao sistema educacional. Novamente, parabenizou a prefeita Nilda Cruz e toda a equipe da Secretaria de Educação, manifestando o desejo de que o trabalho continue com firmeza, avanços e valorização do município. Em aparte, o vereador Irani Guedes parabenizou o tribuno pelo discurso e informações apresentadas. Destacou que o ano letivo está apenas começando e que o fardamento e o cartão Educa Parnamirim já deveriam estar disponíveis para os pais e mães, mas ponderou que há um trâmite burocrático a ser cumprido, esclarecendo que o projeto foi encaminhado à Casa, foi aprovado e precisou passar por todos os trâmites legais exigidos para a utilização de recurso público, estando esse processo em fase de finalização. Esclareceu ainda que não se trata de a prefeita "dar" R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de

reais), mas de disponibilizar esse montante para que pais e responsáveis adquiram o material escolar dos filhos, lembrando que essa iniciativa não vinha ocorrendo há muitos anos. Ao abordar a situação das escolas, afirmou que, embora não se trate de olhar para o retrovisor, é necessário contextualizar que, nos anos de 2021 e 2022, muitas unidades permaneceram fechadas em razão da pandemia, o que gerou desgaste estrutural, comparando à situação de uma casa fechada por longo período. Acrescentou que, no retorno das aulas, não houve a devida recuperação das unidades, e que há tempos o município não realizava uma recuperação mais ampla das escolas e das Unidades Básicas de Saúde, razão pela qual ainda existem prédios necessitando de melhorias e reformas. Afirmou que a empresa responsável pela manutenção das unidades escolares do município não conseguiu acompanhar a demanda das 67 (sessenta e sete) unidades escolares. Sugeriu ao vereador Diego Américo, como Presidente da Comissão Permanente de Educação, que convidasse a secretária municipal de educação, professora Eliza Toscano, para apresentar um relatório detalhado do que foi executado em 2025, do que está em andamento em 2026 e do que está programado para o restante do ano, ponderando que são 43 (quarenta e três) escolas e cerca de 23 (vinte e três) centros infantis, o que torna praticamente impossível que uma única empresa consiga recuperar todas as estruturas em 3 (três) meses. Pontuou que a secretária Eliza dispõe de dados técnicos e planejamento estruturado capazes de esclarecer aos vereadores e à sociedade todas as ações realizadas e previstas, informações que, segundo ele, os vereadores nem sempre possuem de forma completa. Reforçou o pedido de convite para que a secretária compareça à Casa Legislativa a fim de prestar esclarecimentos aos parlamentares e à população de Parnamirim, que é o que os pais esperam da gestão municipal. Por fim, manifestou confiança de que a Secretaria de Educação e a gestão da prefeita Nilda Cruz estejam no caminho correto para superar os transtornos atuais e permitir que o debate futuro se concentre em outras demandas e propostas para o município. O vereador Diego Américo agradeceu ao aparteante e disse que poderia destacar a ausência de fardamento no primeiro dia de aula em algumas unidades, mas preferiu registrar que os uniformes estão sendo entregues ao longo da primeira semana. Poderia mencionar o fato de o cartão Educa

Parnamirim ainda não teria chegado, mas optou por enfatizar que a professora Nilda foi pioneira ao destinar R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para fomentar a economia local e garantir, pela primeira vez nas legislaturas das quais participou, que os alunos receberão o kit escolar. Poderia abordar as estatísticas do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), mas preferiu ressaltar que houve avanço nos índices do município, tanto no Saeb quanto na alfabetização, comparando o ano anterior com o atual. Acrescentou que, em vez de falar sobre eventual ausência de auxiliares de sala, considera importante destacar que o número desses profissionais praticamente dobrou. Finalizou seu pronunciamento afirmando que prefere se apegar aos números positivos, parabenizando a professora Nilda pela competência, compromisso e reconhecimento demonstrados com a educação municipal. Questão de ordem, o vereador Gabriel César disse que ouviu atentamente o discurso do vereador Diego Américo, mas que compreende a intensa rotina parlamentar e que, eventualmente, algum fato pode não ser recordado. Disse que, embora não tenha integrado a base do ex-prefeito Taveira, realizou uma breve consulta e verificou que, em 2024, houve divulgação na imprensa acerca da entrega de kits escolares, fardamento para os Cmeis e materiais por parte da Prefeitura de Parnamirim, conforme matéria publicada no mês de setembro daquele ano, constando essa informação em veículos como a Tribuna do Norte e outros portais, mencionando o fato apenas para contribuir com o debate e recordar ações ocorridas anteriormente. Por fim, manifestou concordância com a sugestão de convocar a secretária de educação para prestar esclarecimentos, lembrando que já foi realizada Audiência Pública com a gestora no ano anterior, e reforçou a importância de nova convocação neste ano para trazer esclarecimentos. A presidente interina Rárika Bastos solicitou ao vereador Thiago Fernandes para ocupar momentaneamente a presidência, para que ela faça uso da tribuna. A vereadora iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos, registrando que seria seu primeiro pronunciamento do ano. Agradeceu à população de Parnamirim pela oportunidade de continuar apresentando proposições, projetos de lei, destacando que o ano anterior foi de muito aprendizado e que o novo ano se apresenta como desafiador, com vertentes políticas e culturais. Apontou que a população sofre com uma das

questões mais importantes: a comunicação. Afirmou terem problemas seríssimos em comunicar, pois a fala reproduz acontecimentos, e aquele que fala e se comunica melhor, tem a chance de alcançar maior número de pessoas e reproduzir o que possivelmente seja verdade, tornando a comunicação um desafio para a Casa Legislativa e para cada parlamentar. Disse que costuma dizer que Parnamirim possui um diferencial, demonstrando crescimento a partir do litoral, e solicitou o apoio do setor de tecnologia para exibição de uma imagem que fala muito sobre a cidade: a desova, nesta semana, da tartaruga-de-pente na área de Cotovelo, destacando que os rastros deixados na areia. Registrou que, nesta manhã, foi identificado mais um ninho de tartaruga, fazendo a cidade de Parnamirim seu ninho. Disse que este fato reforça a importância da documentação que encaminhou à Capitania dos Portos, tratando da importância da área denominada Z-56, da demarcação e do cuidado em disciplinar a circulação, em área de pesca, de embarcações, como jet skis e lanchas, a fim de evitar prejuízos à atividade pesqueira e ao acesso dos animais à orla. Destacou que, até este ano, o município não integrava o Mapa do Turismo, afirmando que houve provocação de seu mandato para que Parnamirim passasse a compor esse instrumento. Acrescentou que também provocou a gestão municipal para a formalização de termo de cooperação para gestão das praias, da SPU (Secretaria de Patrimônio da União), pois é necessário que Parnamirim faça o disciplinamento e a subdivisão de áreas destinadas ao comércio, hotelaria e preservação ambiental. Defendeu que o litoral representa o ponto de partida para o desenvolvimento da cidade e que sua utilização para eventos culturais e esportivos exige disciplinamento e responsabilização do poder público. Concluiu que todas essas documentações foram emitidas pelo seu gabinete e provocou a participação das secretarias para que o litoral seja enxergado não apenas como espaço sazonal de verão, mas como potencial permanente de desenvolvimento da hotelaria, da gastronomia e de grandes eventos. Afirmou que os eventos realizados desde o final do ano, como o Festival Gastronômico e a prévia do Carnaval, apesar de demandarem ajustes, reforçam a relevância do litoral para o desenvolvimento do município, não apenas em Pirangi, mas também com a necessária inserção de Pium e Cotovelo nesse processo de desenvolvimento sustentável. Em

seguida, solicitou ao setor de tecnologia que avançasse na apresentação para trazer um alerta à cidade, lembrando que o município ainda está sob decreto de emergência ambiental e sanitária, o que possibilitou o início da limpeza de 23 (vinte e três) lagoas de captação, além da construção de uma 24ª (vigésima quarta) lagoa destinada a receber as águas do bairro Nova Esperança, área que enfrenta há anos problemas no conjunto Norton Farias. Destacou que se trata de uma situação antiga, muitas vezes invisível, mas constantemente sentida pela população diante da iminência das chuvas, que geram pânico. Esclareceu que o trabalho em andamento envolve não apenas limpeza, contenção, controle fitossanitário, mas também de desassoreamento, ressaltando a responsabilização do poder público. Informou que, a partir disso, foi feito convite à secretária da Secretaria de Serviços Uranos - SEMSUR para cumprir agenda em Brasília no final de fevereiro, onde irão participar da Conferência das Cidades e visita ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, buscando, em articulação com a Defesa Civil, ampliar as tratativas para viabilizar o plano de drenagem de águas pluviais no município. Salientou que os dados são de alerta e que seu mandato atua tanto em colaboração com a gestão quanto no apontamento de ajustes necessários. Em seguida, apresentou um dado relevante ao informar que o município possui 94,8% (noventa e quatro vírgula oito por cento) de alcance de coleta domiciliar, destacando que Parnamirim conta com sistema disciplinado, com horários e regulamento definidos, e que não possui lixões. Contudo, reconheceu a existência de pontos de descarte irregular que necessitam de maior observância. Afirmou que seu mandato tem dialogado com a secretaria e com a Prefeitura para intensificar a implementação da coleta seletiva. Nesse sentido, explicou que, quanto se intensificam a coleta seletiva e diminuem o envio de material ao aterro sanitário, menor será o ônus financeiro para o município. Alertou que, apesar de haver estrutura, os dados atuais apontam índice zero de coleta seletiva efetiva, o que demonstra a necessidade de ampliação do acesso e prática do serviço. Informou que, após diálogo com a prefeita e com a secretária de Limpeza Urbana, Rose Paiva, será implantada uma central de coleta seletiva durante o período do Carnaval, iniciativa já tentada em momentos anteriores, com o objetivo de fortalecer a inclusão produtiva, gerar emprego e renda e reduzir os custos com o envio de

resíduos recicláveis ao aterro sanitário. Ponderou que, em muitos momentos, tanto em gestões passadas quanto na atual, os encaminhamentos da administração acabam sendo direcionados pelo Ministério Público, ressaltando, contudo, que o município possui potencial para ampliar suas ações. Sobre a pauta da educação, destacou, como professora e mãe, que o desafio do início do ano letivo é real, reconhecendo a sensibilidade dos vereadores quanto às dificuldades do retorno às aulas, observando que essa realidade também atinge a rede privada, onde os pais, por vezes, precisam solicitar autorizações para cópias de material por não terem condições de arcar integralmente com os custos escolares. Ressaltou que houve avanços e ampliação de 500 (quinhentos) alunos nos anos iniciais, permitindo que famílias que antes sacrificavam recursos para manter os filhos na rede privada. Salientou que são 67 (sessenta e sete) escolas e 26.000 (vinte e seis mil) alunos, configurando um novo momento para a educação do município, e que não se pode desconsiderar o esforço diário dos profissionais envolvidos. Defendeu a necessidade de fiscalização e acompanhamento de prazos, mas sugeriu também a avaliação concreta de unidades como a Escola Joana Alves, que passou por reforma, caminha para consolidação como escola de tempo integral, recebeu aparelhos de ar-condicionado e deverá receber fardamento, propondo analisar o tempo necessário para alcançar esse patamar. É sobre avaliar que a autonomia dada para o gerenciamento das escolas, começa com o gerenciamento dos recursos do ROM (Recurso Orçamentário Municipal), implica diferentes prioridades por parte das unidades escolares. Afirmou que houve avanços e que é necessário informar a verdade à população, ressaltando que não é simples distribuir 26 (vinte e seis mil) fardamentos, considerando as variações de tamanho entre os alunos e a necessidade de responsabilidade nesse processo. Relatou que, enquanto catadora de materiais recicláveis no município, precisou recolher nas unidades da secretaria milhares de tênis e fardamentos descartados em razão de falhas na distribuição, defendendo maior responsabilidade. Dito isto, destacou o respeito ao processo de capacitação vivenciado em sua participação na Jornada Pedagógica e que oportunizou professores, estagiários, porteiros, ASGs, manipuladores de alimentos, motoristas e população presente, reforçando a importância de comunicar a realidade dos fatos. Ponderou

que não há como 67 (sessenta e sete) escolas estarem em plenas condições, após tantos anos de descaso, mas reconheceu que há muito a ser feito, inclusive quanto à ausência de quadras e à necessidade de espaços mais salubres e ventilados, afirmando que seu mandato não negligencia essas pautas e seguirá cobrando melhorias. Ao entrar em outro tema, disse que o esclarecimento é melhor que a resposta midiática. Relatou que recebeu links que a colocavam na condição de pleitear o espaço da presidência da Casa ou participar de articulações para golpe e tomada de poder. Disse que isso não configura com seu perfil, argumentando que, ao assumiu a vice-presidência por consenso de todos, com respeito e hombridade. Declarou não ter ambição de ocupar o lugar de ninguém; seu mandato foi construído em 16 (dezesseis) anos e não está naquele lugar para tomar o lugar nem a pauta de ninguém, mas está para trabalhar, cobrar e apresentar trabalho à população. Assegurou que o presidente César Maia pode ficar tranquilo, assim como os demais edis, pois seu interesse é fazer entregas à população. Ademais, está preparada para exercer qualquer função, assim como todos os vereadores, mas destacou que, neste momento, está como vereadora de Parnamirim, atuante e deseja ser respeitada, agradecendo aos midiáticos o reconhecimento público de seu potencial, pois também o reconhece. Finalizou seu pronunciamento afirmando que permanece na Casa Legislativa para honrar o compromisso assumido com o presidente César Maia e com a população que a elegeu, agradecendo a todos e desejando que o ano seja produtivo e de bons trabalhos para o município. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatado também a presença dos (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Diego Américo de Carvalho, Ítalo de Brito Siqueira, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz, Rômulo Dantas da Silva e Thiago Fernandes da Silva. Ausentes os (as) vereadores (as): José Michael Lucena Diniz e Raphaela da Silva Cruz. A presidente interina informou que não havia mais oradores inscritos e solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Eurico

Shigeyuki dos Santos Shiiki, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Rárika de Araújo Bastos, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz, Rômulo Dantas da Silva e Thiago Fernandes da Silva. Atingido o quórum de deliberação exigido, procedeu-se à votação das matérias, colocando em única discussão e única votação: Redação Final n. 109/2025 oriunda do Projeto de Lei n. 049/2025 – "institui o Programa Municipal 'Semana da Vacinação nas Escolas', no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) – recebeu 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Redação Final n. 111/2025 oriunda do Projeto de Lei n. 141/2025 – "institui o Dia do Desapego Consciente no município de Parnamirim/RN, que consiste em receber doações de materiais reutilizáveis, promovendo a correta destinação final, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Hamilton Rademacker Pereira) – recebeu 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Redação Final n. 01/2026 oriunda do Projeto de Lei n. 059/2023 – "autoriza a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA, no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino e vereadora Raphaela da Silva Cruz) – em discussão, o vereador Michael Borges disse que este projeto encerrava uma das jornadas mais desafiadoras já enfrentadas por um projeto de lei na Casa Legislativa. Recordou que, salvo engano, em 2020, foi instituída em âmbito nacional a lei que criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), conhecida por levar o nome do filho de Marcos Mion, e que, a partir disso, iniciou-se no município a mobilização para que a carteirinha fosse implementada localmente. Relatou que, após ser procurado por famílias que convivem com o Transtorno do Espectro Autista - TEA, apresentou o projeto de lei, que tramitava normalmente até ocorrer um fato atípico e que não existe previsão no regimento

para esse fenômeno: o envio, pelo Poder Executivo da gestão anterior, de outro projeto com o mesmo teor. Explicou que, como tradicionalmente os projetos do Executivo têm tramitação acelerada, a situação acabou paralisando ambos os projetos. Destacou que foi necessário compreender o ocorrido e dialogar para que o Executivo solicitasse a retirada de sua proposta, o que liberou a tramitação do projeto original, que já estava tramitando. Informou que, nesse intervalo, contou com o apoio da vereadora Rafaela de Nilda para fortalecer a articulação e viabilizar o avanço da matéria até o Plenário. Registrou que, após longo período, o projeto chegou à redação final, agradecendo a todos que contribuíram para esse resultado. Observou que, de forma metafórica, a trajetória da proposição reflete a própria realidade das famílias atípicas, para as quais tudo costuma ser mais difícil, inclusive a efetivação de políticas públicas, como uma simples carteirinha, que seria aprovado com facilidade. Ressaltou que não houve má-fé por parte da gestão anterior, mas uma coincidência de iniciativas que resultou na demora da aprovação. Comemorou a aprovação da CIPTEA no município, mencionando que já destinou emenda impositiva à Assistência Social para viabilizar a emissão das carteirinhas e sugeriu que a própria Câmara Municipal possa avaliar a possibilidade de contribuir com a emissão do documento como serviço adicional à população, reconhecendo que a medida não resolve todos os desafios enfrentados pelas famílias que lutam pelos filhos com TEA, mas representa um avanço importante, mesmo que pequeno. Concluiu agradecendo aos vereadores pelo apoio na aprovação e na redação final do projeto. Encerrada a discussão, a Redação Final n. 01/2026 recebeu 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Redação Final n. 03/2026 oriunda do Projeto de Lei n. 119/2025 – "institui a Política Municipal de Atenção à Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) no município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Irani Guedes de Medeiros) – recebeu 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Redação Final n. 04/2026 oriunda do Projeto de Lei n. 132/2025 – "dispõe sobre a aplicação de sanção a quem utilizar boneca do tipo 'bebê reborn' ou artifício similar para obter benefícios destinados a crianças de colo no município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder

Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira) – recebeu 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Redação Final n. 07/2026 oriunda do Projeto de Lei n. 230/2025 – "reconhece de utilidade pública a Associação Desportiva Josimar Lira no município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Hamilton Rademacker Pereira) – recebeu 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. Encerradas as deliberações, foi constatada a ausência do vereador César Augusto de Paiva Maia. Restou faltoso o vereador José Michael Lucena Diniz e a vereadora Raphaela da Silva Cruz. Ato contínuo, a presidente interina passou a palavra ao vereador Thiago Fernandes, que saudou o mestre cordelista, José Acaci, presente no Plenário, e reforçou o convite para a posse da nova diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Parnamirim - CDL Parnamirim, que ocorrerá hoje, às 19h, no Auditório Clênio José, no Centro Administrativo. A presidente interina, por fim, repassou esclarecimento da Secretária Municipal de Educação, professora Eliza, de que as regras para cadastramento das empresas interessadas em participar do processo de fornecimento de material escolar seguem os critérios estabelecidos pelo PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Acrescentou que as inscrições para a terceira fase de cadastramento permanecem abertas até a próxima sexta-feira. Nada mais havendo a tratar, a presidente interina Rárika Bastos declarou encerrados os trabalhos às onze horas e sete minutos, convocando outra Sessão para o dia seguinte, onze de fevereiro, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

CÉSAR AUGUSTO DE PAIVA MAIA
Vereador/Presidente

RÁRIKA DE ARAÚJO BASTOS
Vereadora/1ª Vice-Presidente

THIAGO FERNANDES DA SILVA
Vereador/1º Secretário

EURICO SHIGEYUKI DOS SANTOS SHIIKI
Vereador/2º Secretário